ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Resolução da Assembleia da República n.º 14/2005****Viagem do Presidente da República a França**

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do artigo 163.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, dar assentimento à viagem de carácter oficial do Presidente da República a França entre os dias 11 e 14 do mês de Abril.

Aprovada em 31 de Março de 2005.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime José Matos da Gama*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Aviso n.º 106/2005**

Por ordem superior se torna público que, em 9 de Novembro de 2004, o Estado Independente de Samoa depositou o seu instrumento de aprovação da Emenda de Gaborone ao artigo XXI da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), assinada em Washington em 3 de Março de 1973.

Portugal é Parte da mesma Emenda à Convenção, aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 17/88, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 173, de 28 de Julho de 1988, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 5 de Março de 1992, conforme o Aviso n.º 132/92, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 197, de 27 de Agosto de 1992.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 1 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 107/2005

Por ordem superior se torna público que, em 9 de Novembro de 2004, o Estado Independente de Samoa depositou o seu instrumento de adesão à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), assinada em Washington em 3 de Março de 1973.

Portugal é Parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 50/80, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 168, de 23 de Julho de 1980, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 11 de Dezembro de 1980 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 260, de 11 de Novembro de 1981), e tendo entrado em vigor em 11 de Março de 1981 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 157, de 10 de Julho de 2003).

Nos termos do artigo XXII, parágrafo 2, a Convenção, aditada das emendas de Bona de 22 de Junho de 1979, entrará em vigor para o Estado Independente de Samoa 90 dias após o depósito do seu instrumento de adesão.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 1 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 108/2005

Por ordem superior se torna público que, em 9 de Dezembro de 2004, a República Unida da Tanzânia depositou o seu instrumento de aprovação da Emenda de Gaborone, ao artigo XXI, adoptada em Gaborone em 30 de Abril de 1983, à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), assinada em Washington em 3 de Março de 1973.

Portugal é Parte da mesma Emenda à Convenção, aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 17/88, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 173, de 28 de Julho de 1988, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 5 de Março de 1992, conforme o aviso n.º 132/92, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 197, de 27 de Agosto de 1992.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 1 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 109/2005

Por ordem superior se torna público que, em 1 de Dezembro de 2004, o Chile informou o Governo Suíço de que retirava a reserva, por si formulada, relativamente à Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), assinada em Washington em 3 de Março de 1973.

Portugal é Parte da mesma Convenção, aprovada, para ratificação, pelo Decreto n.º 50/80, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 168, de 23 de Julho de 1980, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 11 de Dezembro de 1980 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 260, de 11 de Novembro de 1981), e tendo entrado em vigor em 11 de Março de 1981 (*Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 157, de 10 de Julho de 2003).

Aquela reserva foi formulada em 1 de Setembro de 1987 e referia-se à transferência da população de *Fitzroya cupressoides* da cordilheira litoral do Chile do anexo II para o anexo I.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 1 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.

Aviso n.º 110/2005

Por ordem superior se torna público que, em 12 de Agosto de 2004, a República Checa depositou o seu instrumento de aceitação das emendas à Convenção da Organização Marítima Internacional (institucionalização do Comité de Facilitação), assinadas em Londres em 7 de Novembro de 1991.

Portugal é Parte das mesmas emendas, adoptadas pela Resolução A.724(17) da Organização Marítima Internacional, publicadas no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 58, de 10 de Março de 1994.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 1 de Março de 2005. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Patrício*.